



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Educação.

OS LIAMES E VÍNCULOS DA ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Maria Sula dos Santos Neves¹
João Juscelino Andrade Neves²
Vanessa Alves de Moraes³
Ana Beatriz Alves Lins⁴
Sandra Bezerra Pereira Santos⁵
Ritielly Gonçalves Xavier⁶
Vânia Vieira Alencar⁷
Maria Alane Rodrigues Ferreira⁸
Mayéwe Elyênia Alves dos Santos⁹
Darlania Pinheiro Leandro¹⁰

Resumo: O Serviço Social escolar atua nas várias expressões da questão social, tais como: evasão, gravidez na adolescência, drogas, inclusão, entre outras. Realizamos pesquisas bibliográficas e reflexões teóricas. Este ensaio resulta de experiência na extensão universitária e nos possibilitou desvendar da atuação profissional favorecendo a articulação efetiva do ensino, pesquisa e extensão.

Palavras-chaves: Educação. Extensão Universitária. Serviço Social.

Abstract: The Social Service School acts in the various aspects of the social issue, such as: avoidance, teenage pregnancy, drugs, inclusion among others. We performed bibliographic researches, theoretical reflections. This essay results from the experience in university extension and enabled us to unveil the professional activity favoring the effective articulation between teaching, research and extension.

Keywords: Education, University Extension, Social Service.

¹ Estudante de Graduação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

² Estudante de Graduação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

³ Estudante de Graduação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

⁴ Estudante de Graduação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

⁵ Estudante de Graduação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

⁶ Estudante de Graduação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

⁷ Estudante de Graduação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

⁸ Estudante de Graduação, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

⁹ Professor com formação em Serviço Social, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

¹⁰ Professor com formação em Serviço Social, Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Cajazeiras, E-mail: darlaniaplb@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Compreender o espaço de atuação do assistente social na Política de Educação é bastante desafiador, visto que, ainda existe um sistema de ensino hierarquizado, em que a elite é quem determina o que se deve ser estudado nas escolas. Apesar dos avanços na educação ainda vivenciamos um ensino “deficitário”, além de uma banalização da figura do professor que se torna vítima deste processo de exclusão social, com baixos salários e nenhuma valorização enquanto detentor de saber, algo que tem degradado cada vez mais o ensino nas escolas brasileiras, em sua maioria de periferias e com público alvo que vivencia expressões da intensa exploração do trabalho.

Assim para se compreender a atuação do Serviço Social, faremos um pequeno resgate histórico apresentando como a profissão se desenvolveu nesta política em particular, seus aparatos jurídico-normativos, e os desafios na contemporaneidade apresentando suas possibilidades e esfinges.

É através do conhecimento que podemos perceber a importância do Serviço Social dentro da Política de Educação, tendo em vista que essa categoria defende o direito de liberdade de expressão, inclusão digna e de uma educação sem elite onde todos tenham os mesmos direitos, isto só se torna possível se compreendermos os princípios norteadores que embasam a profissão entre eles a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993) e pelo Código de Ética Profissional (CEP) de 1993 e a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), que juntos, validam o Projeto Ético Político do Serviço Social, esses instrumentos são a base para a atuação profissional qualificada do assistente social em qualquer espaço sócio ocupacional em que estão inseridos.

2. O PROCESSO HISTÓRICO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO

A atuação do Assistente Social possui no Brasil uma relação mais direta com as Políticas de Assistência Social e Saúde, por estas políticas públicas de modo geral, requisitarem uma maior presença deste profissional nos seus diversificados espaços de trabalho, isto ocorre também com a Política de Educação na qual vem a cada dia mais requisitando a presença deste profissional para intervir nas expressões da Questão Social que se apresentam nas escolas de todo o país, como também na gestão das ações de execução dos programas de assistência estudantil realizados nas instituições de ensino superior, sejam elas públicas ou privadas.

No campo da educação vê-se uma maior preocupação com os problemas educacionais a partir da década de 1920, com a alta taxa de analfabetismo no país, o que prejudicava o desenvolvimento das indústrias crescentes daquele contexto, pois não

dispunham de mão de obra qualificada para exercer as funções necessárias de trabalho com os maquinários presentes.

A presença dos assistentes sociais na Política de Educação Brasileira tem sua presença marcada neste espaço aliado com o desenvolvimento da própria profissão no Brasil, visto que, com a criação das primeiras escolas de Serviço Social no Brasil, na década de 1930, mais precisamente em 1936 no Rio de Janeiro emerge-se no país uma nova categoria profissional requisitada pela sociedade para dar uma resposta frente as “mazelas” presentes na sociedade brasileira, fruto das expressões da “Questão Social” que se apresentavam naquele momento com o êxodo rural – urbano, em que milhares de pessoas migravam do campo e principalmente do Norte-Nordeste do país para as regiões mais desenvolvidas.

Para se analisar este percurso histórico e a atuação deste profissional neste espaço sócio ocupacional, é utilizada a teoria crítico dialética como base ordenadora para a execução do estudo, por ser a mais relevante no que se refere aos estudos sobre o desenvolvimento da sociabilidade capitalista e suas nuances.

Nesse contexto de industrialização, a educação foi uma destas áreas contempladas, representando significativas alterações com a criação de escolas de setor privado para atender as crianças e adolescentes das camadas média e alta da sociedade, promovendo educação à pessoas que tinham condições de arcar com os custos das escolas naquele momento, nestes espaços houve a abertura de campos de trabalho para os profissionais da Pedagogia, como também de Psicologia e Serviço Social devido às diferentes demandas emergentes e a necessidade de se intervir nas mesmas provocando uma amenização destas (BARBOSA, 2016).

Conforme a sociedade brasileira se desenvolvia e se modificava com o avanço do capitalismo e das políticas públicas, as atuações e requisições postas aos profissionais vão se modificando e requisitando novas atuações.

No que tange a inserção do assistente social na política educacional brasileira, este campo de atuação/intervenção não apresenta maiores avanços no campo teórico no decorrer do processo de amadurecimento da profissão, ainda este constituindo um essencial espaço de discussão e aprimoramento da profissão, porém apenas na década de 1990 há uma volta mais acentuada da necessidade de discussão desta área temática e consequente de produção acadêmica, isto devido à presença destes profissionais nesta política, mas persistindo uma carência intelectual acentuada para responder aos requisitos institucionais desta política. Ao que se alude à relação existente entre o Serviço Social e a Política de Educação brasileira, devemos ter claro que

Referir-se ao Projeto Formativo do Serviço Social é dialogar o Código de Ética (CEP), a Lei de Regulamentação da Profissão (LRP) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – documentos fundamentais não só de suporte legal/jurídico, mas, de direção na condução das formas de pensar, agir, relacionar e participar de um profissional. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sintoniza-se com esses documentos pelo objeto de estudo proposto, pela área de atuação e público de atenção do Serviço Social na Educação Escolar (SOUZA, 2008, p. 97).

Assim o assistente social é compreendido como profissional essencial na atuação escolar devido as suas posições em prol de melhores condições de acesso da classe trabalhadoras às políticas públicas e de garantia dos mínimos sociais necessários aos sujeitos, para que possam se desenvolver socialmente e ter melhores condições de vida e de trabalho conseqüentemente, para isto é essencial a inserção no mundo educacional, que se dá em amplos casos através das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais nas efetivação dos programas assistência estudantil, além também de agir de modo a “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”, assim sendo, a Educação é um direito constitucional básico e primordial de todo cidadão brasileiro e também alvo de atuação do assistente social, na perspectiva de garanti-lo a todos independente de qualquer distinção. (BRASIL, 1993, p. 45).

De tal modo é perceptível que o fazer profissional do assistente social na Política de Educação brasileira é algo essencial para proporcionar a todos os indivíduos acesso ao ensino e formação e que possam se tornar cidadãos conscientes de seus direitos e capazes de reivindicar por melhores condições de vida e de trabalho na sociedade capitalista em vigência, que tem em sua essência a necessidade de dominação de uma classe sobre outra com a impossibilidade de acesso dos explorados aos mínimos necessários a sua sobrevivência e desenvolvimento, para tanto é essencial que o Serviço Social continue a desenvolver o seu papel no âmbito estudantil para que possa se criar e desenvolver gerações de pessoas conscientes de seus direitos e com o acesso mínimo a educação para ter um desenvolvimento intelectual condizentes com as realidades postas pelo capital e presentes na sociedade.

O Serviço Social é uma profissão que desempenha suas funções assegurada pela Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993) e pelo Código de Ética Profissional (CEP-1993), que estipula aos direitos e deveres que devem ser cumpridos por esses profissionais, além disso, temos a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS- 1996) que estabelece os princípios¹¹ e diretrizes¹² que reforça o Serviço

¹¹[...] **Princípios** que fundamentam a formação profissional: 1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da

Social enquanto profissão, juntos concretizam o Projeto Ético Político do Serviço Social, que é de extrema importância para uma atuação desses profissionais em defesa dos interesses da classe subalternizada, rompendo com as práticas conservadoras. A ABEPSS estabelece quais são os subsídios essenciais para o fazer profissional dos assistentes sociais, entre eles:

[...] a análise dos fenômenos e das Políticas Sociais; o estudo da dinâmica institucional; os elementos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social na formulação de projetos de intervenção profissional; as demandas postas ao Serviço Social nos espaços ocupacionais da profissão, nas esferas pública e privada e as respostas profissionais a estas demandas. O assistente social como trabalhador e o produto do seu trabalho. (1996, p.18)

O Serviço Social está ligado diretamente com o enfrentamento da questão social, o que se torna uma luta constante com vários desafios, visto que se utiliza das políticas sociais para amenizar os efeitos devastadores desses problemas, ao mesmo tempo se depara com um sistema enviesado que sente a necessidade de manter o domínio de uma classe sobre a outra para continuar existindo.

Essas políticas muitas vezes perdem o seu caráter de proteção social e se tornam uma ferramenta da classe dominante para manter a alienação sobre a classe pauperizada com políticas sociais fragmentadas que perdem seu real objetivo de políticas de direitos e passam a ser compreendidas como favor político. Em todos os campos de trabalho desses profissionais seja na Assistência Social, na Saúde, na Habitação ou na Educação entre outros espaços, a luta para dar respostas concretas a seu público é a mesma, por isso se faz necessário um profissional ético e qualificado que atenda aos requisitos estabelecidos na profissão.

produção; e reprodução da vida social. 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 7 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 1996, p. 06-07)

¹²**Diretrizes Curriculares:** Estes princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a: 1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; 2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; 3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; 4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado; 5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 07)

O Serviço Social é uma profissão que vem se destacando ao longo dos anos se fazendo extremamente necessária para que os direitos estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 sejam de fato exercidos e assim possa conseqüentemente diminuir as desigualdades sociais existentes numa sociedade em que o antagonismo de classe se faz necessário para assegurar o regime atual. Apesar dos avanços da profissão ao longo dos anos, a inserção do Serviço Social na Política de Educação foi/é lenta e desafiadora em relação aos demais espaços sócio ocupacionais.

A história do nosso país está em constante transformação tanto culturais como política, social e econômica, o que muda também as relações familiares e a Gestão Escolar em que começam a surgir novas demandas e necessidades, é baseado nessas mudanças que o Serviço Social vem ganhando espaço dentro das escolas, que ao mesmo tempo em que se desvela enquanto profissão para atender o público alvo, também trabalha não só com os alunos, mas com as expressões da questão social que se apresentam externamente ao ambiente escolar.

As autoras Schneider e Hernandorena (2012, p. 16) destacam de forma bem sucinta a importância dos assistentes sociais dentro dessas instituições escolares, além, de apontar algumas das funções do Serviço Social nesses espaços,

[...] o Serviço Social tem enorme relevância para contribuir não somente com as situações cotidianas, procedentes das questões sociais, mas por meio da mobilização social da comunidade escolar, colabora no processo de democratização da educação, com vistas ao fortalecimento da Gestão Escolar.

A atuação do Serviço Social na educação é baseada em um conjunto de regras e normas, tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) a qual descreve que

[...] a escola tem a competência de garantir a educação e o desenvolvimento integral do aluno, compreendendo os aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, buscando sua formação para o exercício da cidadania, preparando o aluno para o ingresso no mundo do trabalho e participação na sociedade. Nesse sentido, o Serviço Social será de grande importância no cumprimento das determinações da LDB, contribuindo: - no acompanhamento sistemático e efetivo das políticas governamentais de atendimento às famílias com crianças em idade escolar; - no trabalho na perspectiva de rede, estabelecendo vínculos com a rede socioassistencial; - no desenvolvimento de trabalho em parceria com a comunidade local, buscando, construir uma relação comunidade - escola - família (SCHNEIDER e HERNANDORENA, 2012 p. 18 *apud* BRASIL, 2005, p.01).

A LDB assegura que a educação deve vincular-se ao mundo do trabalho e a prática social, para que isto saia do papel e seja posto em prática é preciso se obter dessas informações e de se manter constantemente atualizado para que não só o assistente social como qualquer outro profissional consiga dar respostas coerentes às demandas que lhe são postas no cotidiano, o assistente social nesses espaços trabalha em defesa dos direitos dos estudantes em usufruir ao que de fato tem direito e para que tenha acesso a uma inclusão

digna, indiferente de raça, etnia e classe social ou religião, os assistentes sociais da educação devem atuar em defesa de uma educação de qualidade para todos enquanto ser social.

3 OS LIAMES ENFRENTADOS PELO ASSISTENTE SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

A atuação do profissional de Serviço Social na política de educação é de extrema importância, na qual este se envolve nas buscas de melhorias e resoluções de conflitos existentes no âmbito escolar, desta forma, irá lidar diretamente com as famílias e buscar soluções viáveis para estes.

A partir da implantação do Serviço Social na educação, é possível discutir, refletir e contribuir com transformações nas várias expressões da questão social, tais como: conflitos familiares, evasão escolar, gravidez na adolescência, drogas, inclusão da criança ou adolescente com deficiência e garantia do seu bem-estar no ambiente escolar, entre outros. Desta maneira, para atender estas demandas faz-se necessário à articulação de uma equipe multidisciplinar composta por pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, entre outros profissionais, pois o assistente social sozinho não tem condições de solucionar tais problemas.

A inclusão do assistente social na política de educação é algo desafiador, pois irá atuar diretamente nos problemas enfrentados no dia-a-dia dentro da escola, “ele trabalha em prol das possibilidades de mobilização da sociedade em favor da educação, uma vez que o índice é comparado nacionalmente e expressa em valores, os resultados mais importantes da educação: aprendizagem e fluxo.” (BRASIL, 2009).

Os assistentes sociais, situados num terreno movido por interesses distintos e contraditórios, não escapam aos fios que tecem a vida da sociedade, mas procuram, como profissionais, decifrar as mediações que na atualidade permeiam a questão social desfazendo os seus nós. Ao mesmo tempo, procuram projetar e dar mais visibilidade às formas de resistências e luta, por vezes, ocultas, mas presentes na realidade (ARCOVERDE, 1999, p. 79).

Infelizmente, a educação ainda revela muitos obstáculos para o Serviço Social a exemplo de carência de profissionais da área, baixa aceitação por meio das famílias, além dos poucos repasses de verbas para tais profissionais, pois além da profissão possuir olhares diferenciados dos demais profissionais que compõem a equipe escolar, lutam por melhorias no processo de ensino e aprendizagem e mediam relações sociais e institucionais.

A atuação do assistente social na política de educação é de grande desafio, o profissional terá de construir uma intervenção qualificada enquanto profissional daquela

instituição onde irá trabalhar em parceria junto aos demais profissionais que compõem a equipe multidisciplinar.

Os assistentes sociais inclusos na política de educação terão que colaborar de forma sólida com o processo de elaboração e execução refletindo as expressões da questão social que impactam no processo educacional. A educação é um direito de todos, mas infelizmente existem limites impostos pelo capitalismo, onde se faz necessário não se intimidar perante eles, cabe ao assistente social buscar propostas viáveis ao enfrentamento das demandas postas pela comunidade escolar para que haja um trabalho coletivo naquele espaço.

Para pensarmos a importância da educação no âmbito da formação profissional, partimos, portanto, de um princípio muito caro aos assistentes sociais, muito embora não lhe seja exclusivo, que é o da luta em defesa e da ampliação dos direitos sociais e humanos. Este tem sido o norte da mobilização e organização dos assistentes sociais nas últimas décadas e que se materializa em um projeto profissional construído coletivamente, sintonizado e articulado aos movimentos, empreendidos por outras categorias profissionais e por várias forças sociais, voltados para a construção de formas de solidariedade e participação política que denunciam e enfrentam as desigualdades sociais, sobretudo, o atual modo de organização da produção e distribuição da riqueza social que as reproduzem de forma cada vez mais ampliada. (ALMEIDA, 2012, p.93.)

É algo lamentável, mas infelizmente a política de educação como as demais políticas, também sofrem limitações impostas pelos baixos repasses de recursos, que muitas vezes os governos dos entes federativos proporcionam à área do serviço social, nas quais a sociedade padece com o sucateamento de um serviço que é fundamental para a formação de sujeitos que futuramente farão parte deste processo de formação da sociedade brasileira.

A contribuição do fazer profissional do Serviço Social aos profissionais da educação é no sentido de auxiliar e facilitar o enfrentamento de questões sociais, as quais dificultam na aprendizagem do aluno, tais como violência, infrequência na escola, drogadição, desavenças familiares, entre outras questões. (SANTOS, 2012, p. 127).

O trabalho do assistente social na educação vai além das mediações de conflitos dentro da realidade cotidiana apresentada no ambiente escolar. Como destacam Silva e Guimarães:

A constituição das políticas públicas de atenção às crianças e adolescentes, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, baseia-se na premissa de que estes são seres em desenvolvimento, sujeitos de direitos. A condição peculiar de pessoa em desenvolvimento denota que estes não têm, ainda, a capacidade de garantir e lutar, sozinhos, pelos seus direitos. Por essa razão, necessitam de proteção especial e de garantias legais, além de dispositivos para normatizar ações práticas de atendimento. (2009, p.179)

Não será uma tarefa fácil para o assistente social que se inserir na política de educação, pois ele estará diariamente em questionamento, sobre se realmente os alunos que estão naquele ambiente escolar se sentem incluídos no respectivo meio. Cada aluno tem suas particularidades, uma vida social fora daquele contexto escolar. Os assistentes

sociais terão que identificar quais as questões sociais que poderão interferir na aprendizagem daquele aluno e estudar estratégias envolvendo escola e família.

[...] à ultrapassagem dos limites impostos pelo pensamento conservador; à efetivação dos direitos de cidadania daqueles/as que são “marginalizados/as” pela sua condição social ou pelo “contexto familiar”; aos limites impostos à participação das famílias na gestão escolar e da política educacional; às poucas produções e estudos sobre o Serviço Social na educação; à precarização dos recursos nas políticas sociais de um modo geral e à de clareza dos/as demais profissionais da educação acerca do campo de atuação do Serviço Social. (CFESS, 2011, p. 41)

A inserção do assistente social na educação vai além dos limites de avaliações socioeconômicas e de projetos sociais. O profissional terá o desafio de não se limitar e intervir apenas nas soluções de problemas cotidianos e desenvolver estratégias de mobilização social dentro da comunidade escolar passando então a colaborar com o processo de democratização.

O assistente social inserido na educação pública terá como desafio entender que ele não está ali para substituir o lugar dos educadores e nem tampouco interferir na relação de ensino e aprendizagem entre aluno e professor.

É bem comum se ver educadores queixando-se de várias situações que então seriam competências do profissional assistente social que tem a devida formação para aquela demanda. O assistente social inserido no contexto escolar deverá se preocupar em promover encontros de educação com o contexto social que está inserido aquele aluno, a família e a comunidade.

Com a inserção do profissional assistente social na política de educação que é apto a trabalhar com as demandas das expressões da questão social, ele passará a atuar de forma direta naquele espaço escolar, onde terá como objetivo encorajar e fortalecer a autonomia das crianças, adolescentes e suas famílias sobre seus direitos que muitas vezes são violados e passam despercebidos.

Sobre isso, Faleiros explica que:

O fortalecimento da autonomia implica o poder viver para si no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências. [...] A capacitação para assumir e enfrentar a sobrevivência pode ser uma das mediações de fortalecimento dos sujeitos. [...] No processo de autonomia de crianças e adolescentes é preciso desenvolver mediações de uma relação e reação diante da correlação de forças que lhes é desfavorável, e que descamba, não raro, na violência (2010, p. 63).

O profissional terá de articular meios para que o sujeito dentro daquele ambiente escolar passe a refletir sobre a realidade, o contexto social que o mesmo está inserido e encorajá-los a uma possível transformação, acompanhando-o nesse processo, onde deve-se aprender a verdade da realidade dos sujeitos.

4. O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: um relato de experiência no âmbito da Extensão Universitária

A extensão universitária é resguardada pelas seguintes legislações brasileira e Constituição Federal (1988) Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional (Lei De Nº 9394/96) Plano Nacional De Educação (2001/2011) Plano Nacional De Extensão (1999). A constituição coloca em seu Art. 207 que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimônio, e obedecerão ao princípio de Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Desta feita, a extensão universitária faz parte do conhecimento da vida acadêmica, é um dos três pilares da universidade ensino, pesquisa e extensão que tem a tarefa de oportunizar de ampliar os conhecimentos dos alunos por meio das múltiplas experiências, é uma aprendizagem complementar. Todas essas atividades se dão através dos questionamentos das reflexões dos discentes e docentes de onde mais se observa os problemas sociais.

A importância de um projeto de extensão é imensurável para a vida acadêmica contribuindo para formação de alunos críticos, propositivos, questionadores e reflexivos mostrando que tudo isso é muito enriquecedor para sua formação acadêmica.

Nesse sentido, o projeto de extensão Escola e universidade: o caminho para a cidadania foi desenvolvido com o objetivo de aliar teoria e prática contribuindo para a formação qualificada do profissional em Serviço Social.

O projeto teve como objetivo geral discutir temáticas relativas à cidadania junto aos estudantes das escolas públicas de Cajazeiras de nível médio com fim de contribuir na discussão de temas transversais ao processo ensino e aprendizagem.

O projeto foi realizado com alunos do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências e Letras de Cajazeiras na Escola Estadual de Fundamental e Médio Manoel Mangueira, durante a realização do projeto de extensão, estivemos primeiramente a uma reunião com densas discussões sobre várias temáticas neste movimento, realizamos um rico campo de pesquisa enriquecendo os conhecimentos, buscando temas atuais, impactantes que chamasse atenção dos alunos do terceiro ano do ensino médio, movimentando eles para o campo do debate e para uma reflexão com as temáticas abordadas que foram *Bullying* rótulos e violência na escola, Drogas lícitas e ilícitas e Respeito violência sexual e direito das mulheres, bem como a discussão sobre transfobia e respeito aos direitos da população LGBTs.

Todas essas temáticas foram divididas entre os extensionistas para a apresentação nas escolas, também contamos com a metodologia de oficinas e trabalhamos com vídeos, charges, dinâmicas, músicas, palestras e produção científica.

Fundamentando-nos nas observações das participações dos alunos com inúmeros perguntas e questionamentos em uma sala muito participativa, demonstrando o interesse de todos em prestar atenção, em participar, em conhecer as leis e os seus direitos e presta atenção em tudo que estava sendo apresentado pelos extensionistas

Dessa forma, os acadêmicos vivenciaram novos aprendizados para além da sala de aula, ou seja, outras perspectivas, novos conhecimentos, experiências e práticas adquiridas para sua futura atuação profissional, novos questionamentos e aproximação dos alunos da realidade social das comunidades das escolas públicas. Saindo dos livros e possibilitando mais ainda a obtenção de uma formação crítica e construtiva que subsidie o seu exercício profissional.

Trazendo assim, uma formação acadêmica diferenciada, um olhar fora dos livros, integrando teoria e prática ao mesmo tempo, discorrendo na prática tudo aquilo que já foi apreendido na teoria e assim rompendo as barreiras da sala de aula. Nessa relação direta entre teoria e prática é que se desenvolve o processo de investigação e reflexão no processo de formação acadêmica, abrindo assim um leque de experiência e conhecimentos com as atividades da extensão universitária.

Diante disto, as experiências e vivências adquiridas no projeto de extensão que ampliaram e amplia os conhecimento dos graduandos(as) da área de Serviço Social, fazendo assim uma leitura crítica da realidade saindo posta, esse projeto é desafiador e transformador ao mesmo tempo onde cada vez mais traz novos desafios com o compromisso de passar estudos e pesquisas para os alunos nas escolas, trazendo mudanças de pensamento, conceitos e preconceitos já pré-estabelecidos e transformador porque ele traz a oportunidade e o compromisso de estar em uma sala de aula no papel de transmissor de conhecimento de ter essa oportunidade ímpar de experiência para futuros alunos que queiram ingressar na docência e para aqueles que queiram mergulhar em estudos mais profundos sobre as temáticas abordadas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas essas vivências ampliam os conhecimentos dos alunos da área de serviço social, fazendo assim, uma leitura crítica da realidade do aparente, aproximando os alunos da realidade das comunidades das expressões da questão social que são múltiplas e trazendo um olhar fora dos livros. Com base no processo de desenvolvimento deste trabalho, temos em vista a importância do assistente social no âmbito da política educacional, onde lhes são apresentados vários desafios tendo em vista a necessidade do Serviço Social no espaço escolar que luta contra violência, exclusão social e evasão

escolar. E as diferentes formas de violação dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes, contudo faz-se necessário a inclusão do assistente social na política educacional tendo assim uma missão importante, responsáveis pelo desenvolvimento de senso crítico e formação de cidadania.

Na escola também podemos perceber as diferentes classes sociais, podendo encontrar problemas políticos, sociais e também demandas da expressão da questão social, temos também alguns projetos de lei que ainda estão sendo articulados para atuação do profissional de Serviço Social no âmbito da educação, embora sejam bastante explícitos os limites impostos pelo capitalismo faz-se necessário a não se intimidar pelos mesmos, onde se busca efetivar propostas de enfrentamento das demandas apresentadas não só pelos alunos, mas sim pelo seu trabalho coletivo entendendo também o âmbito familiar como forma de desenvolvimento e inserção social, compreendendo assim uma construção de caminhos, visão e experiências onde são criadas estratégias que possibilitem a atuação do assistente social em determinado meio e também dos limites que lhes foram impostos e que buscam compreender a atuação do assistente social na educação.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**: com base no currículo mínimo aprovado em assembléia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf. Acesso em: 22 fev. 2019.

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. A educação e os processos políticos-pedagógicos de construção de novas formas de sociabilidade. IN: **Serviço Social e Educação**. Larissa Dahmer; Ney Luiz Teixeira de Almeida (orgs.). 3 ed. – RJ: Lumen Juris, 2012.

ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Questão social no Brasil e Serviço Social. In: **CFESS/ABEPSS/CEAD/UNB**. Capacitação em Serviço Social e política: módulo 2: Reprodução social, trabalho e serviço social. Brasília: CEAD, 1999. p. 75-84.

BARBOSA, Cristalino Avelino. **Serviço Social na Educação[Manuscrito]**: um estudo sobre a atuação do assistente social no contexto educacional brasileiro. Campina Grande: UEPB, 2016. *E-book*. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/12765/1/PDF%20-%20Cristiano%20Avelino%20Barbosa.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Inep/Mec. Inep divulga os resultados do Ideb 2009: metas de qualidade foram cumpridas. Disponível em: http://portalideb.inep.gov.br/index.php?option=com_content&view=frontpage&Itemid=1. Acesso em 22 fev. 2019

_____. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 10ª. ed. rev. e atual. - [Brasília]: **Conselho Federal de Serviço Social**, [2012]. 60 páginas. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 22 fev. 2019.

CFESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social. GT de Educação. Brasília, 2011.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. SP: Cortez, 2010.

SANTOS, Nelma Souza dos. **Serviço Social e Educação: Contribuições do Assistente Social na Escola**. Disponível em: <http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/10/TCC-Ana-Carolina-Vichiatt-Arguim.pdf>. Acesso em 23 fev. 2019.

SCHNEIDER, Glaucia; HERNANDORENA, Maria do Carmo (Org.). **Serviço Social na Educação: perspectivas e possibilidades**. Porto Alegre: CMC, 2012. Disponível em: http://www.cress-mg.org.br/arquivos/servico_social_na_educacao.pdf. Acesso em 22 fev. 2019.

SILVA, Luciana Batista da; GUIMARÃES, José Luiz. **Conselho de Direitos e Conselho Tutelar: mecanismos de controle social e gestão de políticas públicas para crianças e adolescentes**. In MATTIOLI, Olga Celiliato et al. (Org.). *A violência nos contextos familiar e social*. 2009. Curitiba: Ed. CRV.

VIANA, B.B.; CARNEIRO, K.K.C.; GONÇALVES, C.F.; O movimento de reconceituação do serviço social e seu reflexo no exercício profissional na contemporaneidade. *IN: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS*, 1., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015. p. 139-144. Disponível em: http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_2_139.pdf. Acesso em 21 fev. 2019.